



Gabriel Dias Ferraz*

RESUMO

O Magistério da Igreja Católica, através do Catecismo da Igreja, apresenta de maneira clara e evidente a doutrina sobre o II e o III artigos do Credo Apostólico. Os teólogos, também, na história da Igreja, complementaram o que se apresentava nesse tradicional Credo presente no Cristianismo desde o seu início. Os dois buscaram tratar de temas como: Encarnação e suas consequências teológicas; Maria e a maternidade divina; Cristo em seus mistérios, entre o seu batismo até a entrada triunfante em Jerusalém. Diante disso, o tema central da vida de Cristo está no envio de Jesus pelo Pai para alcançar a humanidade pecadora que tanto precisava de seu auxílio. Sendo assim, toda a vida de Jesus é um mistério de redenção e, desde sua concepção, a humanidade estava sendo redimida pelo Novo Adão. No entanto, este mesmo Magistério teve que defender Cristo de deturpações teológicas que surgiram, principalmente nos primeiros séculos de cristianismo. Diante desse cenário, a elaboração teológica e dogmática se destacou na Igreja e se desenvolveu para aprofundar os temas apresentados no *Symbolum Apostolorum*.

Palavras-chave: Cristologia. Credo Apostólico. Magistério. Catecismo. Teólogos. Heresias.

Articles II & III of the Symbolum Apostolorum according to the Catechism of the Catholic Church

ABSTRACT

The Catholic Church's Magisterium, through the teaching of the Catechism, presents in a clear and evident way the doctrine on the II and III articles of the Apostolic Creed. Theologians, in the history of the Church, also complemented what was presented in this traditional Creed present between Christians since its beginning. The two sought to address topics such as: Incarnation and its theological consequences; Mary and divine motherhood; Christ in his mysteries, between his baptism and his triumphant entry into Jerusalem. In view of this, the central theme of Christ's life is the sending of Jesus by the Father to reach sinful humanity, that was so much needed his help. Therefore, the whole life of Jesus is a mystery of redemption and, since his conception, humanity was being redeemed by the New Adam. However, this same Magisterium had to defend Christ from theological distortions that arose, mainly in the first centuries of Christianity. Faced with this scenario, theological and dogmatic elaboration stood out in the Church and developed to deepen the themes presented in the *Symbolum Apostolorum*.

Keywords: Christology. Apostolic Creed. Magisterium. Catechism. Theologians. Heresies.

* Bacharel em Filosofia pela Faculdade da Teologia da Arquidiocese de Brasília (FATEO). Graduando em Teologia pela FATEO. Pós-Graduando em Educação Clássica pela Faculdade da Serra da Mesa (FASEM). E-mail: gabriel_diasferraz@hotmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0328674986884072>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-8391-9015>.

Introdução

O Magistério da Igreja Católica, em especial no Catecismo promulgado pelo Papa João Paulo II em 1992, traz de maneira clara e sintética a doutrina católica contida nos artigos segundo e terceiro do Credo Apostólico. Com diversas citações, apresenta o porquê do Verbo se encarnar, a encarnação em si e as suas consequências, a realidade do Cristo verdadeiro Deus e verdadeiro homem, a concepção de Jesus e, por fim, os mistérios da vida do Senhor.

Com o auxílio dos teólogos, a Igreja não se limita a apresentar a doutrina, mas se esforça por explicar e até mesmo demonstrar as correntes que já se opuseram à doutrina cristã e a resposta da Igreja a elas. Por isso, neste trabalho, apresentou-se algumas das principais heresias dos primeiros séculos do cristianismo e a contestação dos Concílios contra essas doutrinas anatematizadas.

Destaca-se, como evento central da vida do Senhor, a sua Encarnação. Dessa maneira, explorou-se as consequências da união hipostática em Jesus, abordando a sua pessoa, a sua razão e a sua vontade. Além disso, apresenta-se a definição de comunicação idiomática e suas exigências linguísticas.

Como consequência da geração na carne, abordam-se alguns aspectos dogmáticos da Virgem Maria e alguns pontos da concepção do Senhor. Por isso, reforça-se que Maria não é somente a mãe da parte humana de Jesus, mas de toda a sua realidade, sendo, assim, mãe de Deus. Com ela, toca-se no ponto da infância de Jesus, no silêncio, na submissão aos seus pais e à Lei e a sua vida oculta.

Por fim, aborda-se a vida de Jesus até a sua entrada em Jerusalém: seu batismo; a tentação no deserto; o início da pregação evangélica; os milagres; a Transfiguração; e, por fim, a entrada messiânica de Jesus na Cidade Santa, que culminará no Mistério Pascal, apresentado nos artigos seguintes do Credo.

Assim, o tema central do presente artigo é o envio de Jesus pelo Pai, a sua Encarnação e suas consequências, dado que o seu Natal é o mistério fundamental cristão, juntamente com a sua Páscoa. Toda a vida de Jesus é um mistério de redenção e, desde sua concepção, a humanidade estava sendo redimida pelo Novo Adão.

Artigo II: “E em Jesus Cristo, Seu único Filho, Nosso Senhor”

Envio de Jesus

Na plenitude dos tempos, Deus visitou o seu povo através de seu Filho (cf. Gl 4,4). Ele é o Filho eterno de Deus feito homem, o Verbo que se fez carne e habitou entre nós (cf. Jo 1,16). Este é o centro do anúncio evangélico, visto que através dele se recebe graça sobre graça (cf. Jo 1,16). Foi sobre a fé de Pedro nesta verdade (cf. Mt 16,16) que Cristo edificou a sua Igreja. E foi seguindo esta fé que a Igreja, em Constantinopla, afirmou solenemente que Ele “se encarnou, do Espírito Santo, do seio de Maria Virgem, e se fez homem” (DH 150)¹.

O Filho de Deus encarnado tem um nome: Jesus. Este é o “nome próprio d’Aquele que é Deus e homem ao mesmo tempo. Significa ‘Salvador’. Não Lhe foi posto casualmente” (CT, I Parte, 2º Artigo, §5). Esse nome “abrange, por si só, o resgate do gênero humano, em toda a sua extensão e eficácia” (CT, I Parte, 2º Artigo, §6). Dessa maneira, o seu nome indica a sua identidade e a sua missão, visto que, nele, Deus recapitula toda a história de salvação em favor da humanidade (cf. CCE, n. 430). Ademais, seu nome está no centro da oração cristã, visto que em todas as orações litúrgicas se concluem com a fórmula “*per Dominum nostrum Iesum Christum*” (CCE, n. 435).

A missão de Jesus, nas mais diversas passagens e estratos literários, “aparece conectada com a sua maior qualificação como ‘Filho de Deus’, como seu ‘Filho amado’, o que o separa qualitativamente esta missão da missão dos profetas que o antecederam” (VON BALTHAZAR, 2007, p. 144, tradução nossa). É o próprio Deus, que “entrou no tempo de maneira absolutamente única, isto é, por seu desígnio soberano, e em pura liberdade” (GUARDINI, 2021, p. 29). Ele “aparece como um presente de Deus para a humanidade caída e, portanto, o grande acontecimento da graça, o momento máximo do *kairoi* de Deus” (COSTA, 2020, p. 254).

¹ Assim como o próprio Catecismo da Igreja Católica, a obra *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*, de autoria de Denzinger e Hünermann (2015), será trazida através da abreviação DH, sem o ano de publicação, para que não se caia em anacronismos. Da mesma forma, os outros documentos magisteriais seguirão da mesma forma: Catecismo da Igreja Católica (CCE); Catecismo de Trento (CT); *Gaudium et Spes* (GS).

Além disso, ele é o Cristo, tradução grega do termo “Messias”, que quer dizer ungido. Os ungidos, no Antigo Testamento (A.T.) eram os reis, os sacerdotes e, em poucos casos, os profetas. Jesus Cristo realiza, simultaneamente, a expectativa messiânica de Israel na sua tríplice função de rei, sacerdote e profeta (cf. CCE, n. 436). É justamente a sua consagração messiânica que manifesta a sua missão divina, visto que suas palavras e obras dá-lo-ão a conhecer como o santo de Deus (cf. CCE, n. 438). E, através de sua vida, numerosos judeus reconheceram em Jesus os traços fundamentais do messiânico filho de David (cf. CCE, n. 439).

Outro título que Cristo recebe e até mesmo se autointitula (cf. Mt 22, 41-46; Jo 13, 13) é o de *Kyrios* (“Senhor”). Esse é o mesmo nome utilizado para traduzir o tetragrama do A.T. revelado a Moisés, YHWH (cf. CCE, n. 446). A Igreja, seguindo seu mestre, afirma desde seu princípio que a mesma glória devida a Deus Pai deve ser referida ao Cristo Jesus. Sendo assim, ele é ressaltado por sua condição divina (cf. CCE, n. 449), sendo exaltado como “a chave, o centro e o fim de toda a história humana” (GS, n. 10).

Proclamando Jesus como o Messias e como Senhor, a Igreja elenca no catecismo alguns momentos da vida de Cristo, para que possam ser melhor conhecidos e estudados. Da Encarnação ao Mistério Pascal, Jesus nos mostra que é o próprio Verbo eterno do Pai que veio se unir a humanidade para redimir todo o gênero humano. Sendo assim, o Catecismo inicia a falar sobre a vida de Cristo Jesus a partir do evento salvífico da Encarnação.

Artigo III: “Jesus Cristo foi concebido pelo poder do Espírito Santo e nasceu da Virgem Maria”

Encarnação e consequências teológicas

Olhando para o prólogo joanino e para a expressão “o Verbo se fez carne” (Jo 1, 14) a Igreja chama de “Encarnação” o fato de o Logos divino ter assumido a natureza humana para nela realizar a salvação dos homens (cf. CCE, n. 461). O apóstolo das gentes proclama esse mistério no seu hino aos filipenses ao afirmar:

Ele, que era de condição divina, não se valeu da sua igualdade com Deus, mas aniquilou-Se (*kenosis*) a Si próprio, assumindo a condição de servo, tornou-Se semelhante aos homens. Aparecendo como homem, humilhou-Se ainda mais, obedecendo até à morte, e morte de Cruz (Fl 2, 6-8).

Ele realizou a sua *kenosis* para a redenção universal e definitiva dos pecados e se uniu a toda a humanidade por meio de sua Encarnação. O Catecismo da Igreja Católica afirma que o Verbo se fez carne por diversos motivos. Ele enumera ao dizer que o Logos divino se encarnou para “nos salvar, reconciliando-nos com Deus” (CCE, n. 457); “para que assim conhecêssemos o amor de Deus” (CCE, n. 458); “para ser o nosso modelo de santidade” (CCE, n. 459); “para nos tornar participantes da natureza divina” (CCE, n. 460).

A fé no evento encarnacional do Verbo de Deus é o sinal distintivo da fé cristã (cf. CCE, n. 461). A Igreja afirma isso ao ver em João que “nisto haveis de reconhecer o Espírito de Deus: todo o espírito que confessa a Jesus Cristo encarnado é de Deus” (1 Jo 4, 2). Mas não ficou só aí: teve que em sua história defender veementemente essa verdade de fé, afirmando alguns pontos essenciais para a reta compreensão da pessoa de Jesus Cristo.

A Igreja professa atualmente que esse evento singular na história humana

[...] não significa que Jesus Cristo seja em parte Deus e em parte homem, nem que seja o resultado de uma mistura confusa do divino com o humano. Ele fez-Se verdadeiro homem, permanecendo verdadeiro Deus. Jesus Cristo é verdadeiro Deus e verdadeiro homem (CCE, n. 464).

No entanto, houve um longo caminho para se chegar a essa definição. Diversas heresias² surgiram e movimentaram o cenário teológico cristão, em especial nos primeiros séculos de nossa era. “As primeiras heresias negaram menos a divindade de Cristo que a sua verdadeira humanidade” (CCE, n. 465). O Docetismo, por exemplo, era “uma corrente de pensamento embebida de gnosticismo que esvaziava a humanidade de Jesus” (FRANGIOTTI, 1995, p. 27) ao afirmar que se Jesus era Deus, seu corpo real era celeste. Sendo assim, o seu corpo terrestre, humano, seria simplesmente aparente (cf. FRANGIOTTI, 1995, p. 28).

² “A heresia é a negação pertinaz, depois de recebido o Batismo, de alguma verdade que se deve crer com fé divina e católica, ou ainda a dúvida pertinaz acerca da mesma” (CCE, n. 2089).

Já no terceiro século, a Igreja teve que defender sua doutrina contra Paulo de Samósata, que não reconhecia as três pessoas em Deus. Outrossim, o Logos seria somente uma força (*dynamis*), uma faculdade com a qual Deus age no mundo. Sendo assim, a união entre Jesus e o Logos seria extrínseca, o que leva a pensar que Jesus seria somente um homem igual aos outros, não obstante fosse melhor que todos, visto que nasceu sob o Espírito Santo (cf. FRANGIOTTI, 1995, p. 52).

Outro que movimentou bem o ambiente teológico foi Ário, o qual afirmava “a existência de um único Deus, o Pai, eterno, absoluto, imutável, incorruptível. Este Ser Supremo e Absoluto, não pode comunicar, segundo sua concepção, seu Ser” (FRANGIOTTI, 1995, p. 86). O Logos seria um intermediário pelo qual se fez a criação superior à criação, mas não coeterno ao Pai, nem digno da mesma glória. Sendo assim, Jesus, mesmo sendo o sumo da humanidade, era somente uma criatura, que serviu de receptáculo para o Logos (cf. FRANGIOTTI, 1995, p. 87).

Essa doutrina fascinou os intelectuais e atraiu os mais simples:

Para se ter uma ideia da contaminação e do entusiasmo que suscitaram as ideias de Ário, basta pensar que tudo se deu no prazo de um ano: Palestina, Síria, Ásia Menor, Egito estavam tomados por suas ideias, surgindo uma comunidade ariana ao lado da Igreja ortodoxa (FRANGIOTTI, 1995, p. 90).

Assustados com a repercussão dessa doutrina, os bispos cristãos reagiram no Concílio de Niceia³, em 325, condenando Ário e seus seguidores ao afirmar que:

[...] unanimemente decidimos anatematizar a sua ímpia doutrina e as expressões blasfemas que empregava em suas blasfêmias, ao dizer que o Filho de Deus veio do nada e que havia um tempo em que não era; e ao dizer que o Filho de Deus por sua livre vontade era capaz do mal e da virtude, e ao chamá-lo de criatura e produto; tudo isso, o santo Sínodo anatematizou, não suportando sequer ouvir a ímpia doutrina ou desvario, nem as palavras blasfemas (DH, n. 130).

Após Ário, surge no Oriente Nestório, que afirmava que existem no Cristo duas naturezas e duas pessoas. Sendo assim, houve duas filiações: uma humana e contingente, vindo de Maria; outra sobrenatural, gerada por Deus. Entre elas, haveria somente uma união moral. Sendo assim, Jesus de Nazaré não é Deus, visto que é

³ “O concílio de Niceia esclarece e propõe como dogmas de fé as verdades que se deduzem da vida histórica de Jesus, tal como tempos visto consignadas em seus ensinamentos nos escritos do Novo Testamento” (FERNÁNDEZ, 2009, p. 180).

um homem no qual coabita uma pessoa divina. As consequências desse pensamento o levaram a afirmar que “Maria não é ‘mãe de Deus’ (*theotókos*), mas mãe do homem Jesus de Nazaré, isto é, ‘mãe de Cristo’ (*Christotókos*). Negava, com isso, a união ‘hipostática’ substancial e a unicidade de pessoa em Cristo” (FRANGIOTTI, 1995, p. 128).

Da mesma forma que condenou Ário, a Igreja, olhando para os anatematismos de Cirilo de Alexandria (cf. DH, n. 250-251), condena Nestório e sua doutrina ao afirmar que “Nosso Senhor Jesus Cristo, por ele blasfemado, estabeleceu, pela boca deste santíssimo Sínodo, que o mesmo Nestório está excluído da dignidade episcopal e de todo e qualquer colégio sacerdotal” (DH, n. 264).

Surgiu também, na mesma época, Apolinário, que propõe uma heresia essencialmente cristológica, na tentativa de explicar a união dessas duas naturezas. Sua tese é de que o Verbo encarnado ocupa somente o lugar da alma humana racional de Jesus, sua alma espiritual é preenchida pelo Logos. Excluiu, assim, do ser de Jesus a sua razão, enquanto sujeito capaz de se autodeterminar (cf. FRANGIOTTI, 1995, p. 100).

A Igreja, sábia no seu discernimento, condenou Apolinário, seu discípulo Timóteo e todo o apolinarismo ao afirmar que:

Saibam, portanto, que há muito tempo condenamos o trivial Timóteo, o discípulo do herético Apolinário, juntamente com sua ímpia doutrina, e não cremos de modo algum que quanto resta dele receba algum crédito no futuro.... Pois Cristo, o Filho de Deus e nosso Senhor, trouxe ao gênero humano, mediante sua própria paixão, a salvação totalmente plena, para livrar de todo pecado o homem inteiro, preso nos pecados. Se alguém disser que ele teve parte menor, quer da humanidade, quer da divindade, mostra-se cheio do espírito do demônio, filho da geena. Por que, então, voltais a me pedir a condenação de Timóteo? Ele foi também aqui, pelo juízo da Sé Apostólica, ... condenado juntamente com seu mestre Apolinário (DH, n. 149).

Verdadeiro Deus e Verdadeiro Homem

O Papa Leão Magno tentou encerrar toda essa questão no seu Tomus ao dizer categoricamente que “o Deus verdadeiro nasceu, portanto, numa íntegra e perfeita natureza de homem verdadeiro, inteiro no que é seu, inteiro no que é nosso” (DH, n. 294) e que “cada uma das duas formas opera em comunhão com a outra o que lhe é

próprio: isto é, o Verbo opera o que é do Verbo, a carne opera o que é da carne” (DH, n. 294). E ainda acrescenta que:

O mesmo sempiterno unigênito do Genitor sempiterno “nasceu do Espírito Santo e de Maria virgem”. Este nascimento temporal em nada diminuiu-lhe o nascimento divino e sempiterno, nem nada lhe acrescentou; mas ele se dedicou todo a recuperar o homem, que tinha sido enganado, com o fim de vencer a morte e de destruir com a sua força o diabo, que tinha o domínio da morte. De fato, não poderíamos vencer o autor do pecado e da morte, se não assumisse a nossa natureza e a fizesse sua aquele que nem o pecado pôde contaminar, nem a morte deter (DH, n. 291).

Segundo o *Tomus Leonis*, o Concílio de Calcedônia certificou em seu *Symbolum* que:

[...] um só e o mesmo Filho, o Senhor nosso Jesus Cristo, perfeito na sua divindade e perfeito na sua humanidade, verdadeiro Deus e verdadeiro homem composto de alma racional e de corpo, consubstancial ao Pai segundo a divindade e consubstancial a nós segundo a humanidade, semelhante em tudo a nós, menos no pecado (cf. Hb 4,15), gerado do Pai antes dos séculos segundo a divindade e, nestes O últimos dias, em prol de nós e de nossa salvação, gerado de Maria, a virgem, a Deípara, segundo a humanidade (DH, n. 301).

Uma vez que a natureza humana foi assumida, mas não absorvida (cf. GS, n. 22), a Igreja tentou entender a união das duas naturezas de forma certa. Precisava, primeiramente, entender o que era *ousia* (natureza) e *hypóstasis* (pessoa). Assim, viu que a “ousia era o que cada realidade tem como própria e que a constitui como tal, diferenciando-a das demais realidades” (FERNÁNDEZ, 2009, p. 190, tradução nossa). Por outro lado, percebeu que a pessoa é “alguém, um sujeito e não uma mera ‘coisa’, nem sequer uma ‘substância’” (FERNÁNDEZ, 2009, p. 191, tradução nossa).

Esses termos são importantes porque a união das ousias na hipóstase divina⁴ “representa o feito mais singular em si mesmo” (FERNÁNDEZ, 2009, p. 211, tradução nossa). É, de fato, o tema central da cristologia: “constitui o mistério cristológico por excelência” (FERNÁNDEZ, 2009, p. 178, tradução nossa). Por isso, foi tão longamente debatido nos ambientes cristãos. Caiu-se em muitos erros porque ela “requer um rigor na linguagem, se não se quer pronunciar verdadeiras heresias” (FERNÁNDEZ, 2009, p. 209, tradução nossa).

⁴ “Uma e a mesma Pessoa é o ‘suporte’ das naturezas divina e humana” (CT, I Parte, 3º Artigo, §2).

Há algumas consequências da união hipostática na pessoa de Jesus Cristo. Pode-se afirmar, por exemplo, que mesmo sendo homem, ele é Filho natural de Deus (cf. OTT, 1968, p. 251, tradução nossa). Outra consequência tirada dessa união é o dever de latria absoluto ao Deus-homem Jesus Cristo (cf. OTT, 1968, p. 253, tradução nossa): não somente a natureza divina, mas também a natureza humana de Cristo, por inteira, é objeto de culto latrêutico e, em especial, seu coração (cf. OTT, 1968, p. 255, tradução nossa).

Outra grande consequência é a *Communicatio Idiomata* (Comunicação Idiomatica), que é a “associação e mútuo câmbio de propriedades divinas e humanas de Cristo, baseado na unidade de pessoa, de tal modo que o Logos-Deus possui propriedades humanas e o homem Cristo, propriedades divinas” (OTT, 1968, p. 257, tradução nossa). Assim, depara-se com o que é especificamente do mistério cristão: “que a transcendência de Deus se comunique no tempo com o homem, até o ponto de fazer-se um com eles” (FERNÁNDEZ, 2009, p. 210, tradução nossa). Desta maneira, “o Filho de Deus comunica à sua humanidade o seu próprio modo de existir pessoal na Santíssima Trindade” (CCE, n. 470).

A partir disso, chegou-se à ideia de que “a alma de Cristo possui a visão beatífica desde o primeiro instante de sua existência” (OTT, 1968, p. 261, tradução nossa). Devido a isso, Jesus, ao mesmo tempo, era peregrino pela terra e possuidor da meta da peregrinação. Disso se deduz que não poderia ter as virtudes da Fé e da Esperança (cf. OTT, 1968, p. 261, tradução nossa). No entanto, a sua alma possuía também uma ciência adquirida ou experimental (cf. OTT, 1968, p. 267, tradução nossa).

Outra consequência quanto a razão é que “a ciência humana de Cristo esteve livre da ignorância positiva e do erro” (OTT, 1968, p. 264, tradução nossa). No entanto, para não se cair em erros, não se pode adentrar mais nesse mistério. “Em uma palavra, em sua condição humana, conhecia como homem e em seu ser divino, conhecia como Deus: não cabe dizer mais nada” (FERNÁNDEZ, 2009, p. 197, tradução nossa).

Possuindo duas naturezas, Cristo também tinha duas vontades: uma humana e outra divina (cf. ROYO MARÍN, 2020, p. 217). Os apolinaristas, por exemplo, negavam essa verdade. No entanto, o Concílio de Constantinopla afirma que “do mesmo modo, proclamamos nele, segundo o ensinamento dos Santos Padres, duas

vontades ou querereres naturais e duas operações naturais, sem divisão, sem mudanças, sem separação ou confusão” (DH, n. 291).

Devido ao fato de que Cristo foi perfeito Deus e perfeito homem, com a natureza divina e humana integras, ele possuiu duas gerações. Uma eterna, do Pai, e outra no tempo, na carne, vindo do seio de Maria. Assim, para entender melhor a Encarnação e a vinda do Verbo, deve-se olhar para a concepção de Jesus Cristo.

A concepção de Jesus Cristo

O que inaugura a plenitude dos tempos é a Anunciação a Maria por parte do anjo Gabriel (cf. CCE, n. 484). Associada a esse momento, está a ação do Espírito Santo, dado que “a missão do Espírito Santo está sempre unida e ordenada à do Filho” (CCE, n. 485). Ele santifica o seio de Maria, fazendo-a conceber do eterno Pai, numa humanidade semelhante à sua.

O que a Igreja professa a respeito de Maria sempre está associado ao que se crê no Cristo (cf. CCE, n. 487). Pelos méritos de Cristo, desde a eternidade, Deus a escolheu para ser a Mãe de seu próprio Filho (cf. CCE, n. 488). Ela, que é a cheia de graça, foi preparada desde sempre e, por virtude de seu Filho, tendo-se redimida desde a sua concepção (cf. CCE, n. 491), “manteve-se pura de todo o pecado pessoal ao longo de toda a vida” (CCE, n. 493). Desta maneira, Maria se tornou a mãe de Jesus (cf. CCE, n. 494).

Por isso, pode-se dizer que “no mesmo instante, Deus perfeito veio a ser perfeito homem; e que a Santíssima Virgem pode, verdadeira e propriamente, ser chamada Mãe de Deus, porque no mesmo instante concebia a Deus e ao Homem” (CT, I Parte, 3º Artigo, §4). Desta forma, o II Concílio de Constantinopla anatematiza todo aquele que não professa que Maria é Deípara no sentido próprio e verdadeiro (cf. DH, n. 427).

Da mesma forma que Maria recebeu a graça para ser Imaculada, as narrativas evangélicas apontam “concepção virginal como uma obra divina que ultrapassa toda a compreensão e possibilidade humanas” (DH, n. 497). Essa verdade somente é acessível à fé e, por isso, “a fé na concepção virginal de Jesus encontrou viva oposição, troça ou incompreensão por parte dos não-crentes, judeus e pagãos” (DH, n. 498).

A virgindade⁵ de Maria é uma clara manifestação da iniciativa absoluta da parte de Deus na Encarnação (cf. DH, n. 503). Essa característica é o sinal de sua fé e de sua entrega à vontade divina sem reservas: é graças a isso que ela é a *Redemptoris Mater* (cf. DH, n. 506). Ela é, simultaneamente, virgem e mãe porque é “a figura e a mais perfeita realização da Igreja” (DH, n. 507).

Mistérios da vida de Cristo

É interessante notar que “os artigos que dizem respeito à Encarnação e à Páscoa de Jesus esclarecem toda a vida terrena de Cristo” (DH, n. 512), dado que tudo que viveu e ensinou deve ser visto à luz dos mistérios de seu Natal e de sua Páscoa. Sendo assim, toda a vida de Cristo é “um sinal de seu mistério” (DH, n. 515). Assim, a sua humanidade é um sacramento da salvação que ele veio trazer à humanidade (DH, n. 515).

Toda a vida de Cristo é uma revelação do Pai, visto que quem o vê, vê o Pai (cf. Jo 14, 9). Não só isso, toda a sua existência é mistério de redenção, apesar de ser mais patente no sangue da cruz (cf. CCE, n. 517). Ademais, toda a sua vivência é mistério de recapitulação, dado que “quando Ele encarnou e Se fez homem, recapitulou em Si a longa história dos homens” (IRINEU DE LIÃO, *Adversus Haereses*, V, 18,1)⁶.

Sendo ele também filho de Adão⁷, visto que nasceu de uma filha de Adão (cf. OTT, 1968, p. 232), recapitula toda a humanidade, desde o seu início, tornando-se o novo Adão (cf. I Cor 15, 45). Para essa recapitulação, ele precisou de fato encarnar-se e tornar-se homem: não um qualquer, mas o “*perfectus homo*” (GS, n. 38). Vai dizer Irineu de Lião que:

como pela desobediência de um só homem, que foi o primeiro e modelado da terra virgem, muitos foram constituídos pecadores e perderam a vida, assim pela obediência de um só homem, que foi o primeiro e nasceu da

⁵ “Teoricamente, o Verbo poderia ter tomado sobre si uma natureza humana concebida de modo natural, isto é, sem o milagre da virgindade. Porém, uma vez que a concepção virginal foi o caminho escolhido por Deus para entrar no mundo, a teologia demonstrou diversos motivos de conveniência” (OCÁRIZ; MATEO-SECO; RIESTRA 2009, p. 89, tradução nossa).

⁶ Novamente, para se evitar anacronismos, optou-se por citar obras de alguns Teólogos conforme o próprio Catecismo da Igreja o faz.

⁷ A genealogia Lucana (Lc 3, 23-38) apresenta a ascendência de Jesus até Adão.

Virgem, muitos foram justificados e receberam a salvação (IRINEU DE LIÃO, *Adversus Haereses*, V, 18,7).

Posteriormente, Tomás de Aquino, na mesma linha do Padre de Lião, afirma a necessidade de Cristo ser descendente de Adão:

Cristo assumiu a natureza humana para purificá-la da sua corrupção. Ora, a natureza humana não precisava de purificação senão porque estava contaminada pela origem viciada da sua descendência de Adão. Por isso foi conveniente que tomasse Cristo uma carne derivada de Adão, de modo que a natureza mesma fosse curada por essa assunção (*Summa Theologiae*, III Pars, Q.31, a.1).

Para esse grande evento de redenção, Deus Pai quis preparar a vinda de seu Filho durante séculos (cf. CCE, n. 522). Para isso, utilizou-se de diversos profetas, mas, de maneira especial, de João Batista⁸, que foi o precursor imediato do Senhor Jesus. Ele deu testemunho de Jesus pela pregação, pelo batismo de conversão e, no final de sua vida, através do martírio (cf. CCE, n. 523).

Durante a infância de Jesus⁹, alguns fatos marcaram sua vida. Oito dias após o nascimento do Salvador, ocorre a apresentação do Menino Deus e de sua circuncisão, onde ocorre o primeiro derramamento de sangue em favor da humanidade. Também ocorre a inserção de Jesus na descendência de Abraão e do povo eleito, que está submetido à Lei Mosaica (CCE, n. 527). Ocorre também a fuga para o Egito e o massacre dos Inocentes (cf. Mt 2, 13-18).

Posteriormente, da sua adolescência até os seus trinta anos, só nos é revelado que Jesus foi submisso aos pais (cf. Lc 2, 51) e que ia crescendo em “sabedoria, estatura e em graça” (Lc 2, 52), “partilhou a condição da imensa maioria dos homens: uma vida quotidiana sem grandeza aparente, vida de trabalho manual, vida religiosa judaica sujeita à Lei de Deus” (CCE, n. 531). O único evento que quebra o silêncio é o da perda e reencontro de Jesus no templo (cf. Lc 2, 41-52).

O início da vida pública de Jesus é marcado pelo seu batismo feito por João, no rio Jordão (cf. CCE, n. 535). Juntamente com a visita dos reis magos e as bodas

⁸ Lucas apresenta João Batista em contraste com a figura de Jesus Cristo através de um Díptico: anunciação; nascimento; cântico; dentre outros pontos de ligação.

⁹ “Não é mero interesse anedótico o que move Mateus e Lucas a escrever o evangelho da infância; eles relatam esses acontecimentos porque também são boa nova, porque estão carregados de realidade salvífica” (OCÁRIZ; MATEO-SECO; RIESTRA, 2009, p. 87, tradução nossa).

de Caná, forma-se a Epifania, que é a manifestação de Jesus como Filho de Deus e salvador do mundo (CCE, n. 528). Romano Guardini olha a grandiosidade do acontecimento do Batismo de Jesus e comenta:

Com que força palpita a vida de Jesus nesses acontecimentos! Da plenitude e da grandeza entesourada durante os anos de silêncio surge a humildade. E Jesus entra na fila para ser batizado. A essa humildade o céu responde abrindo-se, e o Espírito jorra, e se ouve a voz do Pai, anunciando sua eterna complacência em seu Filho (GUARDINI, 2021, p. 52).

Posteriormente a isso, Jesus é levado pelo Espírito para ser tentado no deserto (cf. Mc 1, 12) e inicia o seu ministério convidando todos os homens à conversão pessoal (cf. Mc 1, 14-15). A vinda do Messias é acompanhada de numerosos “milagres, prodígios e sinais” (At 2, 22) e manifesta a derrota do Reino de Satanás (cf. Mt 5, 25-34). No entanto, é preciso saber que a “cronologia da vida de Jesus é, ao menos em parte, muito incerta; há muitos dados que jamais poderão ser enquadrados em uma ordem cronológica precisa” (GUARDINI, 2021, p. 61).

Após a confirmação de Pedro à frente dos Apóstolos (cf. Mt 16, 19), rumo a Jerusalém¹⁰, Cristo se transfigura diante de Pedro, Tiago e João: é um antegozo do Reino (cf. Mt 17, 1-7). É puramente um acontecimento de revelação aos discípulos (cf. *Mysterium Salutis*, 1971, p. 107, tradução nossa) e prenúncio da Ressurreição do Senhor (cf. GUARDINI, 2021, p. 339). Esse evento é acompanhado pela aparição de Moisés e Elias, representando a Lei e os Profetas. Esse é outro momento de epifania, visto que aparece toda a Trindade: “o Pai na voz; o Filho na humanidade; o Espírito Santo na nuvem luminosa” (*Summa Theologiae*, III Pars, q. 45, a.4). Ele mostra a sua glória divina e demonstra que para entrar na sua glória, tem de passar pela cruz em Jerusalém (cf. CCE, n. 555).

Após isso, segue-se a subida de Jesus para Jerusalém, com firme resolução (cf. Lc 9, 51), e a entrada Messiânica de Jesus (cf. Mt 21, 1-11). Essa entrada “manifesta a vinda do Reino que o Rei-Messias vai realizar pela Páscoa da sua morte e da sua ressurreição. É com a sua celebração, no Domingo de Ramos, que a Liturgia da Igreja começa a Semana Santa” (Cf. CCE, n. 560). Depois disso, acontece o ápice

¹⁰ “Os três sinóticos coincidem em situar a cena da transfiguração estando Jesus em caminho” (*Mysterium Salutis*, 1971, p. 104, tradução nossa).

da vida de Cristo e de toda a humanidade: o Mistério Pascal de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Conclusão

O Magistério da Igreja, em especial no Catecismo, na sua primeira parte, mormente nos artigos segundo e terceiro do Credo, aponta com maestria a doutrina católica sobre o Cristo, Filho único de Deus, concebido pelo poder do Espírito Santo e nascido da Virgem Maria. Ele não ignora nem mesmo os erros do passado, ao citar diversas heresias e o modo de combatê-las.

Outro ponto interessantíssimo percebido no Catecismo é a citação frequente da Sagrada Escritura e da Tradição, por meio dos Padres da Igreja. Acompanhado a isso, o Magistério eclesiástico se faz presente nos dois artigos, visto que os dois já foram definidos desde o início de nossa era. Com isso, o fiel, por exemplo, que tem o catecismo em mãos pode, em pouco tempo, ter acesso ao grande tesouro do *depositum fidei*.

Por isso, deve-se incentivar com veemência o uso do Catecismo da Igreja Católica no ensino de Catequese, em especial nas turmas de Crisma. Além disso, todos os catequistas devem receber formação para que consigam manuseá-lo e para que saibam ensinar a doutrina que é facilmente exposta no Catecismo.

Por fim, pode-se ver que uma grande porta de entrada para a doutrina da fé guardada e transmitida pelo Magistério é o Catecismo da Igreja Católica, visto que possui uma linguagem acessível: simples e direta. Torna-se, assim, um manual de conversão para o catolicismo, visto que apesar de expor sistematicamente a doutrina, ele é escrito de tal forma que se possa ter um encontro com Jesus Cristo, que é o caminho, a verdade e a vida.

Referências

AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica**. Vol. IV. 4^a ed. Campinas: Ecclesiae, 2016.

Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2016.

Catecismo da Igreja Católica. São Paulo: Paulus; Vozes; Paulinas; Ave Maria; Loyola, 2011.

Catecismo de Trento. Lisboa: Edições 70, 1951.

Concílio Vaticano II. **Constituições, decretos e declarações**. 31ª ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

COSTA, Françoá. **Jesus Cristo o único salvador: Cristologia-Soteriologia**. São Paulo: Cultor de Livros, 2019.

DENZINGER, Heinrich; HÜNERMANN, Peter. **Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral**. 3ª ed. São Paulo: Paulinas; Loyola, 2015.

FEINER, Johannes; LOEHRER, Magnus. **Mysterium Salutis**. Vol. 3, Tomo II. Madrid: Ediciones Cristianidad, 1971.

FERNÁNDEZ, Aurélio. **Teología Dogmática: curso fundamental de la fé católica**. Madrid: BAC, 2009.

FRANGIOTTI, Roque. **História das heresias**. Séculos I – VII: conflitos ideológicos dentro do cristianismo. São Paulo: Paulus, 1995.

GUARDINI, Romano. **O Senhor: reflexões sobre a pessoa e a vida de Jesus Cristo**. São Paulo: Cultor de Livros, 2021.

OCÁRIZ Fernando; MATEO-SECO; Lucas F.; Riestra, José. Antonio. **El Misterio de Jesucristo**. Lecciones de Cristología y Soteriología. Pamplona: EUNSA, 1991.

OTT, Ludwig. **Manual de teología dogmática**. 7ª ed. Barcelona: Herder, 1968.

ROYO MARÍN, Antonio. **Jesus Cristo e a vida cristã**. Campinas: Ecclesiae, 2020.

VON BALTHASAR, Hans Urs. **Teodramática**. Vol. 3. Madrid: Encuentro, 2007.

Recebido em: 05/09/2023
Aprovado em: 27/09/2023